



O encontro do cinema com a educação ambiental crítica no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba

Rafael Nogueira Costa - NUPEM/UFRJ

Juliette Yu-Ming - Livre pensadora e cineasta independente

Celso Sánchez - UNIRIO

Resumo: Este trabalho tem como objetivo promover reflexões sobre o processo educacional proporcionado pela experiência coletiva de criação de filmes documentários realizados numa Unidade de Conservação de proteção integral. Este artigo apresenta ainda aproximação entre a prática cinematográfica e a EA crítica, interpretada com base na literatura da área e com o apoio dos referenciais da Ecologia Política e na perspectiva educativa freireana. Os autores buscaram inserir o debate dos conflitos ambientais presentes no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba na formação de cursos de cinema para comunidade interna e externa da UFRJ/Macaé. Foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: i) Elaboração de cursos de formação em prática cinematográfica na universidade; ii) Análise dos filmes produzidos como resultados dos cursos e iii) Análise dos discursos dos participantes antes e depois do curso. A produção cinematográfica elaborada de maneira participativa, horizontal e em diálogo com as experiências populares se apresentada como uma poderosa prática de educação ambiental crítica.

Palavras-chave: Cinema, Educação Ambiental, Unidade de Conservação, Paulo Freire, Ecologia Política.

The meeting of the cinema with the critical environmental education in *Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba*

Abstract: This work aims to promote reflections on the educational process provided by the collective experience of creation of documentary films made on a strictly protected conservation area. This paper presents further reapprochement between film practice and critics Environmental Education, interpreted based on the literature of the area and with the support of reference of the Political Ecology and Freire educational perspective. The authors insert the discussion of environmental conflicts in *Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba* in the formation of film courses for internal and external community UFRJ / Macaé. The following methodological procedures were used: i) Lecture in film practice at the university; ii) analysis of films produced as a result iii) analysis of the speeches of the participants before and after the course. The film production developed in a participatory manner, horizontal and in dialogue with popular experiences are presented as a powerful practice of critical environmental education.

Keywords: Film , Environmental Education, Conservation Unit , Paulo Freire, Political Ecology.



Introdução

O cinema no Brasil passou a ser utilizado como elemento educacional, com vínculo institucional, desde o início do século passado. Na década de 1920, associado ao movimento educacional da Escola Nova, o cinema já era pensado como instrumento pedagógico e responsável pela “renovação das práticas escolares” (CATELLI, 2010).

Durante o Estado Novo (1937-45) o cinema foi utilizado como instrumento de transmissão de verdades e valores, seguindo a lógica da heteronomia e amplamente difundido pelas suas virtudes propagandísticas, contribuindo como elemento de “aproximação dos habitantes do país” (ALMEIDA, 1999).

Com a expansão da revolução digital, inúmeras possibilidades de uso e aplicação das ferramentas de comunicação, como o cinema, passam a ser experimentadas por diferentes grupos sociais, colocando os indivíduos como protagonistas das produções audiovisuais. Surge daí uma relação entre cinema/educação, comunicação/educação, mídia/educação, consolidada por diferentes correntes teóricas, como a “educomunicação”, conceito trabalhado como campo de intervenção e discussão por meio dos novos recursos tecnológicos (SOARES, 2009; VOLPI e PALAZZO, 2010).

No campo da Educação Ambiental o cinema está intimamente relacionado e o seu uso pode ser encontrado em diferentes espaços. Como exemplo prático destacamos o Circuito Tela Verde (CTV), do Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA), em parceria com o Ministério da Cultura (MinC). Nesta iniciativa o CTV vem funcionando como polo de difusão de filmes independentes que abordam o tema “ambiental” desde 2009, sendo um importante espaço para divulgação das produções e socialização entre os produtores e o público espectador.

Devido a crescente utilização do cinema para fins educacionais, torna-se necessário o desenvolvimento de uma análise crítica das imagens e como esta pode contribuir de forma significativa para uma ação educativa que leve em consideração questões referentes ao sujeito contemporâneo (PIRES e SILVA, 2014). A relação entre educação e cinema necessita ser pensada como forma de socialização dos indivíduos na produção de saberes, identidades, crenças e visões de mundo, contribuindo assim para a dinamização do processo de aprendizagem (DUARTE, 2002; PIRES e SILVA, 2014). Pires e Silva (2014) defendem a ideia de que as imagens, como os textos, são formas de representação de um mundo, servindo para descrição de situações e pessoas e, formas de discurso que contribuem para a construção de significados sociais.

Buscaremos neste artigo promover reflexões a respeito do encontro entre o cinema e a educação ambiental crítica. Para isso, partiremos de um caso empírico vivenciado pelos autores deste artigo, entre os anos 2011 e 2015, no Núcleo em Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental de Macaé (NUPEM) da Universidade Federal do Rio de Janeiro em articulação com o *Grupo de Estudos em Educação Ambiental Desde el Sur* (GEASUR) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Ao longo deste período foram produzidos nove filmes documentários por meio de encontros formativos na universidade, utilizando como estudo o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba.



O suporte teórico da práxis em Freire (1988, p.67), que “implica a ação e a reflexão” das pessoas sobre o mundo com o objetivo de transformar a realidade é o pensamento adotado para o mergulho na experimentação da produção cinematográfica discutida neste artigo.

Já a Ecologia Política ao incorporar a dimensão das ciências sociais, inserindo as relações de poder, em um debate que era estritamente biológico e despolitizado (LAYRARGUES e LIMA, 2014), foi também utilizado como guia teórico neste estudo. A Ecologia Política como campo, desponta a partir dos anos 60 com uma análise crítica da questão ambiental, atentando para a dimensão política das problemáticas emergentes dos danos ao meio ambiente. A Ecologia Política amplifica a noção de meio ambiente para além dos elementos meramente biológicos e expõe a dimensão sociopolítica inerente a crise ecológica. Assim, faz-nos entender que as questões que brotam de problemas como poluição ou extinção de espécies possuem elementos ancorados de forma mais profunda, na organização e produção sociais que engendram tais fenômenos.

Este texto propõe debruçar-se sobre as seguintes questões: 1) A produção cinematográfica pode ser pensada no sentido da práxis pedagógica conforme apontado por Paulo Freire? 2) O filme, quando produzido no diálogo com atores locais, pode funcionar como canal de reflexão sobre os conflitos ambientais?

Para responder a essas questões foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos: i) Elaboração de dois cursos de formação na universidade e ii) Análise dos filmes produzidos como resultado do curso e iii) Análise do discurso dos cursistas.

Este trabalho apresenta quatro seções, além desta introdução e da conclusão. Na primeira seção será apresentado o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e os conflitos descritos na literatura científica e no plano de manejo da UC. Na segunda seção apresentaremos como a produção cinematográfica vem sendo utilizado como “sala de aula” e gerando conhecimento no campo da Ecologia Política e da Educação. Na terceira seção, será empreendida uma análise sobre dois filmes produzidos na UFRJ Macaé durante a formação do Curso de Cinema Ambiental. Na quarta seção, analisaremos o discurso dos cursistas produzidos antes e depois do encontro de formação.

1- O Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba: Contexto e conflitos

O objeto de estudo deste trabalho é o Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba, localizado a cerca de 180 Km a leste da cidade do Rio de Janeiro, abrangendo os municípios de Macaé, Carapebus e Quissamã.

O PARNA da Restinga de Jurubatiba é uma unidade de conservação (UC) de proteção integral, criado por lei federal em 1998, com o objetivo de limitar ao máximo a interferência humana sobre a natureza da região, sobretudo em função de sua rica e peculiar biodiversidade (BRASIL, 1998). São objetivos dos Parques Nacionais além da preservação de ecossistemas naturais a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental (BRASIL, 2000).



A criação do PARNA da Restinga de Jurubatiba seguiu o modelo e a concepção das primeiras áreas protegidas no Brasil, tendo como base o Parque Nacional de Yellowstone, criado nos Estados Unidos da América em 1872, cuja função era o isolamento das áreas para preservação das características naturais, prática considerada incompatível com a presença humana em seus limites (BRITO, 2000; DIEGUES, 2000, GONÇALVES *et al.*, 2011).

A motivação inicial para a criação desses espaços acompanhou a tendência mundial de conceber a conservação da natureza e deixá-la intocada (DIEGUES, 1996), privilegiando os aspectos cênicos, estéticos e recreativos da natureza (RODRIGUES, 2009, p. 36).

Porém, esta concepção da conservação integral faz parte da origem de diversos conflitos socioambientais que têm se configurado no processo de criação e na gestão das Unidades de Conservação. Este processo, salvo raras exceções, tem sido conduzido de forma centralizada, burocrática e com base em argumentos unicamente ecológicos, mas com pouca “leitura realista do contexto socioeconômico de uma área potencial para a conservação da biodiversidade” (IRVING, 2010, p.134).

Santilli (2005) argumenta que o socioambientalismo foi construído com base na ideia de que as políticas públicas ambientais devem incluir e envolver as comunidades locais, detentoras de conhecimentos e de práticas de manejo ambiental. Mais do que isso, desenvolveu-se com base na concepção de que, em um país pobre e com tantas desigualdades sociais, um novo paradigma de desenvolvimento deve promover não só a sustentabilidade estritamente ambiental como também a sustentabilidade social, promovendo valores como justiça social, equidade e reduzindo a pobreza e desigualdades sociais (SANTILLI, 2005).

Como parte do convencimento social para a criação destas áreas são utilizadas as espécies bandeira, principalmente pelo potencial propagandístico e carismático que essas espécies carregam. É o caso clássico do Mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*) utilizado na criação da Reserva Biológica da União. No caso do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba esta tarefa foi bastante árdua, pois não existia uma espécie cativante que pudesse fazer parte de uma “bandeira de luta”. Após longos períodos de intensa pesquisa os cientistas do NUPEM/UFRJ identificaram o microcrustáceo *Diatomus azureus*, uma espécie endêmica nas lagoas costeiras da UC utilizada como convencimento para a criação do Parque (ESTEVEES, 1998).

Apesar do crescimento do movimento socioambiental, muitas Unidades de Conservação, principalmente aquelas destinadas à proteção integral, continuam apresentando conflitos variados com as populações residentes ou do entorno, cuja as soluções muitas vezes necessitam de criatividade e inovação devido a complexidade dos problemas.

É no processo de criação das UCs que emergem os conflitos com diversos grupos sociais locais (QUADRO 1), que se vêem muitas vezes prejudicados pelo novo rearranjo jurídico, provocado pela reconfiguração da territorialidade e que muitas vezes se constituem de casos de injustiças. O Parna da Restinga de Jurubatiba apresenta vários conflitos ligados ao seu processo de criação. Parte destes conflitos foram gerenciados pelos poucos servidores do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos



Naturais Renováveis (IBAMA) que, a partir de 2007, passou a ser tutelado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Os conflitos do Parque Jurubatiba identificados na literatura incluem: i) A presença de gasodutos entre o bairro Lagomar e o Parque para atender ao Terminal de Cabiúnas (TECAB) da Petrobras S.A., em operação desde 1982, sendo o maior polo de processamento de gás natural do Brasil (VAINER, 2010); ii) Conflitos socioambientais com os pescadores de Carapebus (LEAL, 2013; FARJALLA et al., 2011) e iii) Conflitos com os moradores vivendo dentro do parque e nos bairros vizinhos a UC (VAINER, 2010; FUENTES, 2013).

Já analisando o plano de manejo da UC foi possível a identificação de diversos conflitos como a pesca de subsistência; despejo de efluentes domésticos na Lagoa de Carapebus; estação de tratamento de esgoto na área do Parque em Quissamã; atividade pecuária; presença de cercas e porteiros de propriedades particulares; presença de pessoas no interior da UC; dutos: emissário da TRANSPETRO cortando o Parque em 10 quilômetros; caça ilegal e extrativismo de produtos naturais.

QUADRO 1
Principais conflitos no Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba

Conflito	Fonte
A presença de gasodutos entre o bairro Lagomar e o Parque para atender ao Terminal de Cabiúnas (TECAB) da Petrobras S.A., em operação desde 1982, sendo o maior pólo de processamento de gás natural do Brasil	(Plano de Manejo; Vainer, 2010)
Conflitos socioambientais com os pescadores de Carapebus	(Plano de Manejo, Leal, 2013; Farjalla et al., 2011)
Conflitos com os moradores vivendo dentro e no entorno do Parque (caça ilegal, extrativismo de produtos naturais, pecuária, presença de cercas e porteiros de propriedades particulares)	(Plano de Manejo, Vainer, 2010; Fuentes, 2013)
Despejo de efluente doméstico (Lagoa de Carapebus e estação de tratamento de esgoto na área do Parque em Quissamã)	Plano de Manejo
Dutos: emissário da TRANSPETRO cortando o Parque em 10 quilômetros	Plano de Manejo

Parte destes conflitos socioambientais são imperceptíveis para a grande maioria das pessoas que passam a frequentar as UCs em busca de um refúgio do mundo urbano. Aliado a esta falta de percepção, grande parte dos educadores e estudiosos do campo da EA, demonstram, “hegemonicamente, representações/práticas ideologizadas ao encontro das tendências natural e racional” (RODRIGUES e LOUREIRO, 2014, p. 308).

Por isso defendemos um cinema capaz de conectar de forma transdisciplinar os fragmentos das ciências sociais e naturais (LATOURE, 1994). Defendemos a prática de um cinema que possa conectar teórica e metodologicamente no seu processo de criação a composição de espaços que possam funcionar como “sala de aula”, constituído como elemento educacional inovador dentro da perspectiva crítica, conforme praticado pelo IBAMA (LOUREIRO e CUNHA, 2008) e definido por Quintas (2000):

